

# CONCURSO PÚBLICO – PROCURADORIA- -GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

CONCURSO PÚBLICO  
Nº 002/2022



Contador

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

# CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

## CARGO: CONTADOR

### CONHECIMENTOS GERAIS

#### LÍNGUA PORTUGUESA

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavares-dia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>. Adaptado.)

#### Questão 01

Acerca das ideias expressas no texto, depreende-se que:

- A) As necessidades da população são prioridades que demandam ações de intervenção, com resultados assegurados, constantes no âmbito da jurisprudência.
- B) Os atos normativos são o único e possível referencial para que a importância atribuída às variadas práticas no controle da legalidade seja considerada.
- C) O reconhecimento da relevância da função pertinente à atividade própria da Advocacia Pública coaduna-se com a tese defendida pelo enunciador.
- D) Embora o Estado Democrático de Direito vigente em nosso país possua valores e interesses próprios, cabe ao serviço público intervir de modo particular nas mais diversas demandas.
- E) No controle da legalidade dos atos administrativos, os agentes – envolvidos das mais variadas formas em tais processos – exercem – *a priori* – um protagonismo que os coloca no centro das questões que lhes são relacionadas.

#### Questão 02

Considerando a norma padrão de escrita da língua, pode-se afirmar que a expressão empregada: “Estado Democrático de Direito”:

- A) Poderia ter sido grafada da seguinte forma: “Estado Democrático De Direito”.
- B) Indica o emprego adequado das iniciais maiúsculas visto que se trata de um nome político-histórico.
- C) Visa descrever o conceito de “Estado” do ponto de vista jurídico utilizando, para isso, iniciais maiúsculas.
- D) Trata-se de uma citação de destaque pertinente ao assunto abordado, devendo ser grafada com iniciais maiúsculas.
- E) Tem sua correção assegurada por meio do emprego das iniciais maiúsculas particularizando e distinguindo o nome a que se refere.

#### Questão 03

O emprego de aspas no trecho destacado em “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais.” indica:

- A) Fim e começo de citação empregada como recurso argumentativo no texto pelo articulador.
- B) Reprodução da intenção do articulador de demonstrar a importância do reconhecimento citado anteriormente.
- C) Fragmentação de uma transcrição em que apenas a informação necessária ao desenvolvimento do assunto proposto foi destacada.
- D) Emprego de recurso expressivo denominado “arcaísmo” em que a linguagem técnica referente a determinada área do conhecimento foi utilizada.
- E) Atribuição de entonação diferenciada ao trecho entre aspas em relação ao restante do texto, atribuindo-lhe – dessa forma – a ênfase intencional proposta pelo articulador.

#### Questão 04

Considerando-se a referência como uma atividade discursiva empregada no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em “Esse reconhecimento”, ocorre a construção, ou seja, introdução de um referente como estratégia de referência.
- II. Os termos destacados em: “Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo:” são expressões semanticamente equivalentes.
- III. O segundo parágrafo do texto é iniciado por expressão que estabelece coesão textual com informação expressa no parágrafo anterior, permitindo o emprego de uma estratégia de referência importante para a progressão referencial do texto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

#### Questão 05

Caso ocorresse a substituição da expressão verbal “poderia ser” (3º§) por “é”, pode-se afirmar que:

- A) A coerência, correção gramatical e semântica do trecho permaneceriam.
- B) O tempo verbal permaneceria o mesmo, mas o modo verbal seria modificado.
- C) Haveria alteração quanto à modalização verbal proposta pelo emprego da expressão inicial.
- D) Tempo e modo verbais permaneceriam os mesmos, embora a correção semântica fosse alterada.
- E) Haveria alteração quanto ao tipo de linguagem utilizada, mudando de linguagem formal para informal.

#### Questão 06

Considerando-se o segundo parágrafo do texto: “Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: *‘Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais.’*” pode-se afirmar que está correta a seguinte sugestão de substituição de:

- A) “vigente em nosso país” por “vigente ao nosso país”.
- B) “conferidas ao serviço público nacional” por “conferidas à serviço público nacional”.
- C) “estabelecidos em nossa Constituição Federal” por “estabelecidos à nossa Constituição Federal”.
- D) “consta expressamente da justificção daquele ato normativo:” por “consta expressamente na justificção daquele ato normativo:”.
- E) “conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais” por “conferindo-lhe concretude aos direitos e liberdades fundamentais”.

#### Questão 07

Em relação ao termo destacado a seguir em: “*Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses [...]*” (2º§), pode-se afirmar que:

- A) Atua como complemento de termo imediatamente anterior, contribuindo para que a ideia seja concluída.
- B) Atua como elemento de coesão textual evitando assim repetição inadequada de termo já introduzido no discurso.
- C) Pode ser identificado como agente da ação expressa pela forma verbal “incumbir”, considerando-se a coerência textual.
- D) Poderia ser substituído pelo pronome oblíquo “o” já que tem como referente um substantivo pertencente ao gênero masculino.
- E) Caso houvesse intenção de destacar “funções públicas”, o “lhe” seria substituído por “lhes” sem que houvesse prejuízo semântico ou gramatical.

#### Questão 08

Pode-se inferir a partir do segmento “*Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.*” em relação às ideias apresentadas no 4º parágrafo que:

- A) A filosofia e as razões de ser da existência de cada indivíduo são extremamente relevantes diante de uma sociedade acelerada e individualista.
- B) A referida atuação profissional é compreendida de forma a extrapolar o âmbito formal, cotidiano e objetivo; abarca questões que se estendem a particularidades e abstração individual.
- C) Em referência à atuação da Advocacia Pública, há uma comparação com a Ciência ao citar termos como “DNA”, demonstrando igual importância entre diferentes áreas do conhecimento.
- D) Há uma referência a determinada influência sobre a atuação na defesa dos direitos exercida no âmbito intrafamiliar, valorizando, assim, uma atuação cuja predisposição exclui influências externas.
- E) Em face do desenvolvimento da atuação citada ao longo dos anos, pode-se notar razões para sua atuação cada vez mais relacionadas a critérios pessoais refletindo em decisões também pessoais.

#### Questão 09

Os complementos verbais podem se apresentar diferenciados conforme o tipo de ligação estabelecida com os verbos a eles relacionados. Em relação ao fragmento destacado a seguir “[...] *conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais [...]*”, os mesmos tipos de complementos podem ser identificados em:

- A) Em dias difíceis, o melhor remédio é a sensatez.
- B) Antônio pôde apresentar suas desculpas a tempo.
- C) Como é bom saber que podemos tentar mais uma vez.
- D) O empregado apresentou queixa do patrão ao Ministério do Trabalho.
- E) Podemos reconhecer a existência de particularidades no grupo, cada indivíduo é importante.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 10**

Infere-se do último parágrafo do texto que:

- A) O conceito de Advocacia Pública está diretamente relacionado à defesa do interesse da sociedade.
- B) Criação, execução e concretização dos direitos fundamentais são a finalidade do trabalho pelo qual perpassa a Advocacia Pública.
- C) Embora as necessidades da população perpassem pelo trabalho de advogadas e advogados públicos, ainda há teorias antigas que confrontam tal vertente.
- D) Sabe-se que soluções jurídicas têm como objetivo permitir o acesso da população às informações necessárias para que esta, por meios particulares, possa alcançar o êxito desejado.
- E) O protagonismo exercido por gestores das variadas esferas dos poderes públicos deve-se exclusivamente à atuação da Advocacia Pública, de modo a constituir uma engrenagem fixa no referido processo.

**Questão 11**

A exigência do uso de determinada preposição, tendo como justificativa a relação de regência estabelecida entre dois termos, é uma característica da norma padrão que muitas vezes não persiste no emprego da linguagem informal. A exigência descrita anteriormente pode ser observada em:

- A) "E não poderia ser diferente"
- B) "funções essenciais à Justiça"
- C) "reafirmar a sua identidade e sua vocação"
- D) "A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular"
- E) "A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário"

**Questão 12**

**"Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional."** (4º§) Considerando o efeito de sentido produzido pela expressão destacada, pode-se afirmar que; marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Há uma relação de contraste entre a ideia anterior e a posterior.
- ( ) Os dois termos que compõem a expressão destacada pertencem à mesma classe gramatical.
- ( ) A ideia introduzida pela expressão destacada recebe maior ênfase em relação à ideia anterior.
- ( ) A ideia posterior à expressão destacada tem sua importância elucidada explicitamente no período.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, V, V.
- E) V, V, F, V.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**

**Questão 13**

**Ação Civil Pública é um instrumento fundamental na tutela dos direitos da coletividade. Em relação à legitimidade para a sua propositura, é correto afirmar que:**

- A) O Ministério Público deve necessariamente atuar no processo como sujeito ativo.
- B) Os municípios não são entes legitimados, pois são desprovidos de personalidade judiciária.
- C) Em caso de abandono da ação movida por associação legitimada, cabe exclusivamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa.
- D) O Ministério Público é dotado de legitimidade universal atuando na defesa do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica e tributária.
- E) A legitimidade ativa das pessoas jurídicas da administração pública indireta depende da pertinência temática entre suas finalidades institucionais e o interesse tutelado.

**Questão 14**

**O controle de constitucionalidade exercido pelo Poder Judiciário Estadual tem por dever aferir se o texto das normas jurídicas infraconstitucionais é compatível com a norma hierarquicamente superior do ente estadual. De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina, considera-se parte legítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual:**

- A) O Procurador-Geral de Justiça.
- B) A subseção da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) Os partidos políticos com representação na Câmara Federal.
- D) As federações sindicais e as entidades de classe de âmbito nacional.
- E) A Mesa da Assembleia Legislativa ou a maioria absoluta dos deputados estaduais.

**Questão 15**

**A representação judicial e extrajudicial do Estado de Santa Catarina e a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo são atribuições da Procuradoria/Geral do Estado. É uma garantia assegurada à instituição ou ao membro da PGE-SC a:**

- A) Estabilidade.
- B) Vitaliciedade.
- C) Autonomia funcional.
- D) Autonomia financeira.
- E) Autonomia administrativa.

**Questão 16**

**Na estrutura da Casa Legislativa funcionam comissões que têm por objetivo principal possibilitar a deliberação sobre matérias específicas de forma mais aprimorada. A Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual é uma espécie de comissão:**

- A) Mista.
- B) Externa.
- C) Especial.
- D) Temporária.
- E) Permanente.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 17**

Existem condutas que são incompatíveis com a atividade parlamentar, expressamente previstas na Constituição do Estado de Santa Catarina. NÃO importa em perda do mandato de Deputado:

- A) A ausência em cada sessão legislativa à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia.
- B) A condenação criminal transitada em julgado, de acordo com decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia.
- C) A manutenção de contrato, desde a diplomação, com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista.
- D) A licença, dada pela Assembleia Legislativa, para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse a cento e vinte dias por sessão legislativa.
- E) O desempenho de ato, no ofício das atividades parlamentares, em desconformidade com o decoro parlamentar, de acordo com decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia.

**Questão 18**

Na hipótese da perda de efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato anterior, tem-se a:

- A) Cassação.
- B) Revogação.
- C) Caducidade.
- D) Invalidação.
- E) Contraposição.

**Questão 19**

A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina promoveu licitação que culminou na contratação de empresa incumbida de realização de reparos na rede elétrica de seu prédio-sede. No desenrolar da relação contratual, contudo, e após processo administrativo, verificou-se a inexecução parcial do contrato, aplicando-se a sanção de advertência à entidade empresária. Tal sanção decorre do poder administrativo denominado:

- A) De polícia.
- B) Disciplinar.
- C) Hierárquico.
- D) De autotutela.
- E) Regulamentar.

**Questão 20**

A responsabilidade civil do Estado, conforme prevista no ordenamento jurídico brasileiro, na doutrina e jurisprudência,

- A) não alcança atos de concessionárias de serviço público.
- B) permite o direito de regresso em face do servidor responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- C) não prevê hipótese de causas excludentes ou atenuantes, preconizando, em regra, a teoria do risco integral.
- D) adota a teoria da irresponsabilidade, com prevalência ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- E) não alcança as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e tampouco aquelas que exploram atividade econômica.

**Questão 21**

A Administração Pública deve se guiar pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, submetendo-se a diversas formas de fiscalização no desempenho de suas atividades. Tendo em vista o tema do controle da Administração Pública, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O controle pode ser classificado como interno ou externo. São exemplos de tais formas de controle, respectivamente, o poder de autotutela da Administração e o ajuizamento de ação popular por qualquer cidadão, dentro das hipóteses previstas constitucionalmente.
- ( ) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- ( ) As Comissões Parlamentares de Inquérito são exemplos de controle judicial, considerando que, na dicção constitucional, a elas são garantidos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e de afastamento de autoridades de seus respectivos cargos.
- ( ) No que tange aos atos legislativos, as leis em sentido formal ou material, em face de sua abstração e generalidade, submetem-se a controle judicial pela via do controle concentrado de constitucionalidade.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, V, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, V, F.
- E) F, V, V, V.

**Questão 22**

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- II. Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- III. Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico, maior desconto.
- IV. Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

A associação está correta em

- A) I. Concorrência II. Concurso III. Pregão IV. Leilão
- B) I. Pregão II. Leilão III. Concorrência IV. Concurso
- C) I. Pregão II. Leilão III. Concurso IV. Diálogo competitivo
- D) I. Pregão II. Leilão III. Diálogo competitivo IV. Concurso
- E) I. Concorrência II. Concurso III. Leilão IV. Credenciamento

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL**

**Questão 23**

Sobre as formas de provimento e vacância, analise as afirmativas a seguir.

- I. A vacância da função de confiança pode decorrer de dispensa ou de destituição.
- II. O aproveitamento do servidor em disponibilidade depende de inspeção médica.
- III. A reversão é o reingresso no serviço público do funcionário que provar a ilegalidade da demissão.
- IV. O servidor que tiver declarado insubsistente a invalidez será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, é(são) afirmativa(s) que, além de prevista(s) na legislação pertinente, não ofende(m) a Constituição Federal de 1988 apenas

- A) I.
- B) III.
- C) IV.
- D) I e II.
- E) II e III.

**Questão 24**

Mendes é servidor efetivo do Estado de Santa Catarina e, nessa condição, resolveu candidatar-se ao pleito de deputado estadual. Nos termos do Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que Mendes:

- A) Pode obter afastamento para se candidatar apenas a cargo de vereador.
- B) Depende de ordem do governador do Estado para retorno ao cargo após o afastamento.
- C) Estará impedido de se candidatar se o cargo efetivo que ocupa for de procurador do Estado.
- D) Estará impedido de se candidatar se o cargo efetivo que ocupa for de assessor jurídico da PGE/SC.
- E) Faz jus à licença remunerada desde o registro da candidatura até o dia seguinte ao pleito eleitoral.

**Questão 25**

A Constituição do Estado de Santa Catarina reconhece ao Estado as seguintes competências, EXCETO:

- A) Explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, cuja regulamentação depende de lei ou medida provisória.
- B) Elaborar e executar planos metropolitanos, regionais e microrregionais de desenvolvimento, podendo produzir atos legislativos para tanto.
- C) Explorar os recursos hídricos de seu domínio e os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiro, diretamente ou mediante delegação.
- D) Explorar serviços e instalações de energia elétrica, em articulação com a União e com a colaboração do setor privado, mediante autorização, concessão ou permissão.
- E) Firmar acordos e compromissos com outros Estados e entidades de personalidade internacional, desde que não afetem a soberania de seu povo nem ofendam princípios.

**Questão 26**

Nos termos definidos no Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, quanto ao conceito de remuneração, vencimento, vencimentos e vantagens, é correto afirmar que:

- A) Gratificações são acréscimos pecuniários de caráter não transitório, ao oposto dos adicionais.
- B) Adicional noturno é concedido ao funcionário com acréscimo de 20% sobre a hora normal.
- C) Vencimentos, grafado no plural, designam a soma do vencimento, grafado no singular, aos adicionais.
- D) Remuneração, somada às vantagens e ao vencimento, não pode ser inferior ao salário mínimo vigente.
- E) Adicionais são verbas transitórias ou permanentes que se classificam em indenizações e gratificações.

**Questão 27**

Marta está estudando sobre a Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos do Estado de Santa Catarina. Observado o que dispõe a Lei Complementar nº 780 de 2021, Marta pode afirmar, em regra, que:

- A) Nos convênios e ajustes congêneres, é vedada a submissão de conflitos à Câmara.
- B) Não podem ser submetidos à referida Câmara requerimentos que envolvam crédito tributário.
- C) A composição extrajudicial de conflito afasta a responsabilidade do agente por dano ao erário.
- D) A submissão de cada contrato administrativo à Câmara depende de autorização legislativa.
- E) Os conflitos sobre contratos administrativos, diversamente dos convênios, não se submetem à Câmara.

**Questão 28**

A Procuradoria-Geral do Estado está realizando um levantamento do estado de legalidade dos bens públicos estaduais. No que tange ao disposto na Constituição do Estado de Santa Catarina, a PGE/SC deve abranger o estudo das:

- A) Terras devolutas situadas em seu território, indistintamente.
- B) Ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União, indistintamente.
- C) Bens móveis inservíveis para posterior alienação por doação ou pregão eletrônico.
- D) Áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem em seu domínio ou de terceiros.
- E) Águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, decorrentes de obras da União em seu território.

**Questão 29**

Considerando a redação do Decreto nº 1.485/2018 do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que compete à PGE/SC, EXCETO:

- A) Propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa.
- B) Promover a cobrança da dívida ativa estadual e dos municípios sob sua jurisdição.
- C) Elaborar e atuar em ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- D) Analisar, com exclusividade, a constitucionalidade de autógrafos de projetos de lei.
- E) Manifestar-se nos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 30**

Nos termos da Lei Complementar nº 491/2010, que cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que:

- A) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, prescindirá de comunicação a outras autoridades e Ministério Público.
- B) Se o servidor estiver respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, todos deverão ter prosseguimento até que haja a demissão em um deles.
- C) O sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado é automático e suspende os prazos administrativos.
- D) A autoridade que, de qualquer modo, tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos legais, assegurado ao acusado a ampla defesa.
- E) A autoridade competente determinará a expedição de decreto constituindo a comissão, que será posteriormente submetido ao respectivo órgão jurídico e à Procuradoria-Geral do Estado, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

**Questão 31**

O *Microsoft Word 2019*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, em seu *layout* de trabalho, traz os comandos distribuídos em Guias, Grupos e Botões (que são onde estão, de fato, os comandos que serão executados). Ao editar um documento, faz-se necessário inserir Marcadores para dar um destaque em uma determinada parte do texto. Assinale, a seguir, a Guia e o Grupo onde se encontra o comando Marcadores.

- A) Guia: Exibir Grupo: Parágrafo
- B) Guia: Página Inicial Grupo: Parágrafo
- C) Guia: *Layout* de página; Grupo: Parágrafo
- D) Guia: Exibir Grupo: Marcadores e Numeração
- E) Guia: Inserir Grupo: Marcadores e Numeração

**Questão 32**

Considerando as conexões de rede do *Windows 10*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, sabe-se que um adaptador de rede ativado pode ser para uma rede *wi-fi* ou uma rede cabeada. Caso ele esteja configurado para uma conexão, mas não estando conectado a uma rede, diferentes versões do ícone da conexão de rede poderão indicar o *status* da rede. Sobre tal *status*, assinale a afirmativa correta.

- A) Um X branco sobre um fundo vermelho indica que não há redes disponíveis.
- B) Um X branco (ou estrela branca) indica que uma conexão *wi-fi* está disponível.
- C) Um X branco ou um \* (asterisco) indica que uma conexão *ethernet* está disponível.
- D) Um \* (asterisco) branco sobre um fundo vermelho indica que não há redes disponíveis.
- E) Um \* (asterisco) branco (ou estrela branca) indica que uma conexão *wi-fi* está indisponível.

**Questão 33**

Analise a imagem a seguir:

Página 1 de 7 1425 palavras  Português (Brasil)

Trata-se de uma barra que fica localizada no canto inferior esquerdo da tela, abaixo do documento que está sendo editado, no *Microsoft Word 2019*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil. Observe que ela fornece algumas informações sobre o documento que está sendo editado. As informações se referem à barra:

- A) Menu.
- B) Revisão.
- C) Ferramenta.
- D) Visualização.
- E) Acesso rápido.

**Questão 34**

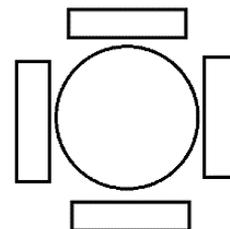
Considere um documento, no *Microsoft Word 2019*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil. Ao redigi-lo, percebe-se que um parágrafo inteiro estava alinhado à esquerda. Assinale, a seguir, as teclas que foram acionadas.

- A) CTRL + E
- B) CTRL + F
- C) CTRL + G
- D) CTRL + J
- E) CTRL + Q

**RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO**

**Questão 35**

Ricardo, Antônio, Everaldo e Juliano estão dispostos em torno de uma mesa circular, cada um sentado em um único assento, conforme figura a seguir:



Entre eles, há um procurador, dois desembargadores e um promotor. Adicionalmente, sabe-se que:

- Os dois desembargadores estão sentados um ao lado do outro.
- Antônio é procurador e está ao lado de Ricardo.
- Juliano é desembargador e Antônio está sentado à sua esquerda.

Considerando que cada profissional exerce uma única função, é correto afirmar que:

- A) Ricardo é desembargador.
- B) Juliano está sentado à direita de Ricardo.
- C) Antônio está sentado em frente ao promotor.
- D) Ricardo está sentado à esquerda de Everaldo.
- E) O promotor está sentado à direita de Everaldo.

# CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

## Questão 36

O Tribunal Regional Eleitoral de determinado estado promoveu uma reunião com cinco juízas: Letícia, Marcela, Noemi, Odete e Patrícia. Cada juíza chegou ao local programado em um momento diferente e constatou-se que:

- No momento em que Letícia chegou na reunião, outras três juízas já haviam chegado.
- Patrícia chegou na reunião antes de Marcela.
- Odete não foi a primeira juíza a chegar na reunião.
- Noemi chegou na reunião imediatamente após Odete.

É correto afirmar que:

- A) Odete chegou na reunião depois de Letícia.
- B) Marcela chegou na reunião antes de Letícia.
- C) Noemi chegou na reunião depois de Marcela.
- D) Marcela foi a última juíza a chegar na reunião.
- E) Patrícia foi a terceira juíza a chegar na reunião.

## Questão 37

Os processos julgados em determinado Conselho Regional de Medicina podem ser divididos em três classes: X, Y e Z. Sobre esses processos, sabe-se que todo processo classificado como X é também classificado como Y. Além disso, existem processos classificados como Z que também são classificados como X. Com base nessas informações, é correto concluir que:

- A) Algum processo classificado como Z não é classificado como Y.
- B) Algum processo classificado como Z é também classificado como Y.
- C) Todo processo classificado como Y também é classificado como Z.
- D) Todo processo classificado como Y também é classificado como X.
- E) Todo processo classificado como Z também é classificado como X.

## NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

### Questão 38

“Um líder, antes de ser um gestor capaz de motivar sua equipe e de se comunicar de modo diferenciado, é uma pessoa nascida em determinada cidade, de certo país, em um dos cinco continentes. Dessa forma, seria pouco prudente desconsiderar as influências que a cultura exerce sobre o comportamento e o estilo pessoal dos líderes. A teoria \_\_\_\_\_ argumenta que, por causa das pressões do tempo, os líderes estabelecem um relacionamento especial com um pequeno grupo de liderados. Esses indivíduos constituem o ‘grupo de dentro’ – tem toda a confiança, recebem atenção desproporcional do líder e costumam ser alvos de privilégios especiais. Os demais membros formam o ‘grupo de fora’. Recebem menos tempo do líder, menos recompensas (bônus, promoções etc.) controladas por ele; seu relacionamento baseia-se nas interações formais e autoridade.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) dos traços
- B) do caminho-meta
- C) da liderança situacional
- D) da liderança carismática
- E) de troca entre líder e liderado (LMX – *Leader Member Exchange*)

## Questão 39

O enfoque contábil estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de seu recebimento ou pagamento. Do enfoque contábil resulta a avaliação integral e completa do patrimônio público, uma vez que sua utilização presuppõe das receitas quando nasce o crédito tributário mediante lançamento tributário efetuado pelo órgão público, seja no lançamento direto, como é o caso do IPTU, IPVA, Taxa de Incêndio; na autuação fiscal ou no parcelamento de créditos fiscais concedidos aos contribuintes. Essa situação é ancorada pelo Princípio da:

- A) Entidade.
- B) Prudência.
- C) Continuidade.
- D) Competência.
- E) Oportunidade.

## Questão 40

O primeiro passo do planejamento estratégico é determinar a missão e a visão da organização. Após essa definição é a análise do ambiente externo. A administração estratégica bem-sucedida depende de uma avaliação ambiental acurada e completa, que deve, também, examinar outras forças do ambiente, como as condições macroeconômicas e os fatores tecnológicos. São componentes da análise ambiental as seguintes análises, EXCETO:

- A) Social.
- B) Financeira.
- C) Tecnológica.
- D) Dos Concorrentes.
- E) Política e de Regulamentação.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO FINANCEIRO

#### Questão 41

Em determinado Município da Federação, considerando a grande quantidade de pequenas empresas que possuíam débito fiscal do ISS, o Prefeito baixou decreto concedendo parcelamento das dívidas fiscais, desde que houvesse a confissão do débito até determinado dia do mês corrente e o concomitante pagamento da primeira parcela da dívida. Não houve apresentação da estimativa do impacto orçamentário. A conduta do chefe do executivo municipal está:

- A) Correta, tendo agido de acordo com o princípio da eficiência na gestão do orçamento público.
- B) Incorreta, uma vez que a renúncia à receita deve vir acompanhada do estudo de impacto orçamentário.
- C) Correta, já que não há renúncia de receita na hipótese, mas mero diferimento do pagamento do tributo.
- D) Correta, por ter agido dentro dos poderes discricionários de gestão que possui, na defesa do interesse público.
- E) Incorreta, por ter veiculado o parcelamento fiscal através de ato administrativo, quando deveria ter sido por lei.

### Questão 42

Em determinado processo restou provado que o Prefeito do Município contraiu obrigações no último quadrimestre do exercício do mandato, não liquidadas no mesmo exercício financeiro. O Prefeito alega que contava com recursos financeiros que adviriam de um convênio já firmado com outra municipalidade (fato provado) e com maior arrecadação de IPTU naquele ano, a qual não se confirmou. Neste caso:

- A) A conduta do Prefeito, a princípio, fere a Lei de Responsabilidade Fiscal; contudo, sendo provado o convênio, não haverá sanção.
- B) A conduta do edil é lícita, eis que agiu com base na perspectiva de recebimento de receita, a qual não se confirmou por força maior.
- C) O procedimento adotado pelo Prefeito é regular, uma vez que não poderia prever a força maior ocorrida e o convênio já estava firmado.
- D) O Prefeito cometeu crime de improbidade administrativa por ter contraído despesas sem observar o princípio da responsabilidade fiscal.
- E) O Prefeito agiu em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por contrair despesas em fim de mandato, que não seriam liquidadas no mesmo exercício financeiro.

### Questão 43

**“Valores provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender determinadas despesas e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.” As informações se referem a:**

- A) Recursos especiais.
- B) Receitas correntes.
- C) Receitas de capital.
- D) Créditos suplementares.
- E) Créditos extraordinários.

## DIREITO DO TRABALHO

### Questão 44

Sobre o adicional de insalubridade, assinale a afirmativa correta.

- A) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- B) O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional que será sobre este calculado.
- C) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.
- D) A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e a respectiva coleta de lixo ensejam o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio.
- E) A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, não poderão repercutir na satisfação do respectivo adicional aos trabalhadores que já recebem, por ofensa a direito adquirido, ou ao princípio da irreduzibilidade salarial.

### Questão 45

Na reclamação trabalhista, o empregador pleiteou verbas trabalhistas em face da empregadora, que atua na construção civil, e de determinado órgão da administração indireta, tomadora do serviço, alegando que exercia as funções de pedreiro para a empregadora e as reclamadas celebraram contrato de empreitada de construção civil, onde veio a prestar serviço para a administração pública. Assim, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade será sempre solidária do tomador de serviço, por ser o contratante ente público, em relação às obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro.
- B) A responsabilização do ente público independe da demonstração de que ele possuía conhecimento da situação de ilegalidade e que, apesar disso, deixou de adotar as medidas necessárias para combatê-la.
- C) Prova a ausência de fiscalização do contrato de terceirização pelo órgão da administração; será este condenado de forma subsidiária por todo o período no qual o empregador prestou serviço do pedreiro para a empresa.
- D) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário nos termos do Art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.
- E) É vedado à Administração Pública a terceirização, em face do dever de eficiência (Art. 37, caput, da Constituição). Assim, por não empregar soluções de mercado adequadas à prestação de serviços de excelência à população com os recursos disponíveis, mormente deve ser condenada ao pagamento das verbas rescisórias de forma solidária.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 46

O consórcio público é um importante instrumento para viabilizar a prestação de serviços e o desenvolvimento de ações conjuntas, entre dois ou mais entes da federação, que visem interesse coletivo e benefícios públicos. Eventualmente, no transcorrer do contrato firmado entre os consorciados, ocorrem os fenômenos da alteração contratual, da retirada de um dos entes ou até mesmo a extinção do ato negócio jurídico pactuado. Dentre essas três possibilidades, é correto afirmar que:

- A) A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal instrumentalizado por lei.
- B) A retirada ou a extinção de consórcio público ou convênio de cooperação não prejudicará as obrigações já constituídas.
- C) No caso de extinção do contrato, os entes consorciados responderão individualmente pelas obrigações remanescentes.
- D) Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente deixarão de ser revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público.
- E) A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante acordo firmado por todos os entes consorciados.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 47**

As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da administração pública, são regradas mediante decreto específico. Esse sistema poderá ser adotado quando:

- A) Pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações.
- B) For necessária a contratação de serviços técnicos especializados em regime de avença.
- C) For imprescindível a aquisição de bens com previsão de entregas em parcela totalizante.
- D) For conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão.
- E) Pela natureza do objeto for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**Questão 48**

As licitações e as contratações pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda abarcam um conjunto de atividades realizadas integralmente com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços. É uma determinação estabelecida na lei para a contratação desses serviços:

- A) A imposição de que a adjudicação do objeto da licitação seja feita com mais de uma agência de propaganda.
- B) Apenas agências de propaganda premiadas, ao obter certificado de qualificação técnica de funcionamento, poderão ser contratadas.
- C) Poderá ser incluída como atividade complementar a pesquisa de formas já consagradas de comunicação, em consonância com novas tecnologias.
- D) As atividades que tenham por finalidade a realização de eventos promocionais e de relações públicas estarão entre aquelas que são objeto de contratação.
- E) A agência contratada só poderá reservar espaço publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem dos seus clientes, se previamente os identificar e tiver sido por eles expressamente autorizada.

**Questão 49**

No âmbito da contratação com a administração pública existem modalidades e tipos de licitação. Constitui um tipo de licitação:

- A) Leilão.
- B) Concurso.
- C) Concorrência.
- D) Técnica e Preço.
- E) Tomada de Preço.

**Questão 50**

É obrigação do Poder Público garantir o bem-estar da coletividade, de modo que os interesses da sociedade sejam postos à frente dos interesses individuais. Por isso, a Administração recebe poderes que não são estendidos aos particulares. A supremacia do interesse público:

- A) Impõe obrigações à Administração.
- B) Está presente em toda a atividade administrativa.
- C) É um princípio do Direito Administrativo explícito.
- D) Tem como exemplo a aplicação das cláusulas contratuais exorbitantes.
- E) Tem como exemplo a necessidade de prestação de contas por parte dos administradores públicos.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 51**

As funções essenciais à Justiça são mecanismos que objetivam atender ao direito fundamental de acesso à Justiça, promovendo a todos que tenham assegurados os seus direitos. Considerando o que dispõem a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- B) A Advocacia Pública é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a Administração, judicial e extrajudicialmente.
- C) É assegurada a todos os servidores que exercem as funções essenciais à Justiça a garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- D) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- E) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

**Questão 52**

A Procuradoria-Geral do Estado, subordinada ao Gabinete do Governador, é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa o Estado judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Considerando o exposto na Constituição Estadual sobre a Advocacia Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) As autarquias e fundações públicas terão serviços jurídicos derivados da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da lei complementar.
- B) Aos Procuradores dos estados é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da corregedoria.
- C) O ingresso na classe inicial da carreira de Procurador do Estado dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e membros da Defensoria Pública Estadual em todas as suas fases.
- D) À Procuradoria-Geral, por ser essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a orientação jurídica e a defesa gratuitas, em todos os graus, dos necessitados, assim considerados os que comprovarem insuficiência de recursos, nos termos de lei complementar.
- E) O Procurador-Geral do Estado, chefe da advocacia do Estado, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado, será nomeado após aprovação em concurso de provas e títulos, devendo ser brasileiro maior de trinta e cinco anos, advogado, de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 53**

O Brasil é uma República Federativa e tem como princípio fundamental o princípio da separação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como a base para se constituir em um Estado Democrático de Direito. Sobre os mecanismos de freios e contrapesos, assinale a afirmativa correta.

- A) Analisando os princípios, as regras e os valores ora destacados na Carta Constitucional brasileira de 1988 temos que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estão estruturados na independência e dissentimento entre si.
- B) Há cada vez mais reivindicações da sociedade civil clamando por mais transparência dos atos dos integrantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; portanto, nenhum Poder jamais poderá ultrapassar suas funções típicas.
- C) A separação dos poderes é, no Brasil, o fundamento do Estado Constitucional Democrático de Direito, no qual cada um dos integrantes dos três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – deve observar sua função de harmonia junto ao Presidente da República.
- D) O Princípio da Legalidade acabou por dar origem ao conhecido sistema de “freios e contrapesos”, pelo qual os atos gerais, praticados exclusivamente pelo Poder Legislativo, consistentes na emissão de regras gerais e abstratas, limita o Poder Executivo, que só pode agir mediante atos especiais, decorrentes da norma geral.
- E) A separação dos Poderes é uma garantia extraordinária que foi alçada à dimensão constitucional, fruto do desejo e a intenção constituinte de estabelecer funções diferenciadas, conjugando princípios por vezes aparentemente contrapostos, com o objetivo de proteger e garantir o exercício dos direitos individuais e coletivos.

**Questão 54**

Crimes de responsabilidade são uma série de condutas ilícitas que só podem ser cometidas por um agente político. Sobre os crimes comuns e de responsabilidade cometidos por atos do Governador do Estado, considerando a Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentem contra a Constituição Federal e contra a Constituição Estadual.
- B) O Governador ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Assembleia Legislativa.
- C) O Governador ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D) Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- E) O Governador será submetido a processo e julgamento, nos crimes de responsabilidade, perante a Assembleia Legislativa e, nos comuns, perante o Superior Tribunal de Justiça.

**Questão 55**

Os chamados remédios constitucionais são instrumentos ou ferramentas jurídicas, previstos na Constituição com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. NÃO se refere a um remédio constitucional:

- A) Ação popular.
- B) Habeas corpus.
- C) Ação civil pública.
- D) Mandado de injunção.
- E) Emendas à Constituição.

**CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA**

**Questão 56**

Considere os eventos apresentados a seguir:

Despesa com salários e encargos referentes ao período de 01/12/2022 a 31/12/2022 e serão pagos em 05/01/2023.	R\$ 20.000,00
Seguro contratado e pagamento do prêmio em 31/10/2022, cuja vigência é de 01/11/2022 a 31/10/2023.	R\$ 10.200,00
Vendas efetuadas a prazo em 10/10/2022, com entrada de 25% e o restante para recebimento em três parcelas iguais e consecutivas com vencimento em 10/11/2022, 10/12/2022 e 10/01/2023.	R\$ 33.600,00
Adiantamento recebido em 15/12/2022 referente à prestação de serviços que será efetuada no período de 25/02/2023 a 28/02/2023.	R\$ 16.000,00

De acordo com o disposto na Lei nº 6.404/1976, o resultado do confronto das despesas com as receitas do exercício de 2022 corresponde a:

- A) R\$ 3.400,00
- B) R\$ 11.500,00
- C) R\$ 11.900,00
- D) R\$ 16.700,00
- E) R\$ 19.400,00

**Questão 57**

Considere as seguintes informações sobre um Imobilizado:

Valor de compra	R\$ 80.000,00
Valor residual	R\$ 8.000,00
Data de aquisição	02/01/2021
Vida útil	5 anos

A empresa irá utilizar o Imobilizado até o final de 2023 e pretende vendê-lo até 02/01/2024. Sabendo-se que é utilizado o método linear de depreciação, qual será o valor contábil do Imobilizado na data de sua venda?

- A) R\$ 22.400,00
- B) R\$ 28.800,00
- C) R\$ 36.800,00
- D) R\$ 43.200,00
- E) R\$ 72.000,00

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 58**

Ao final do exercício de 2021, uma empresa identificou erro na apuração do resultado do exercício de 2020, decorrente do não reconhecimento de vendas realizadas a prazo com vencimento em 2022, no valor de R\$ 5.000,00. Antes da identificação do erro, as demonstrações contábeis apresentavam:

**Balanco Patrimonial**

ATIVO	2020	2021	PASSIVO	2020	2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Disponibilidades	R\$ 8.000,00	R\$ 15.500,00	Fornecedores	R\$ 2.500,00	R\$ 6.550,00
Estoques	R\$ 12.500,00	R\$ 20.000,00	IR a Pagar	R\$ 1.050,00	R\$ 5.950,00
Ativo Não Circulante			Patrimônio Líquido		
Imobilizado (líquido)	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	Capital	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
			Lucros Acumulados	R\$ 1.950,00	R\$ 13.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 55.500,00</b>	<b>R\$ 75.500,00</b>	<b>Total</b>	<b>R\$ 55.500,00</b>	<b>R\$ 75.500,00</b>

**Demonstração do Resultado**

	2020	2021
Vendas Líquidas	R\$ 25.000,00	R\$ 60.000,00
(-) CMV	(R\$ 13.500,00)	(R\$ 29.000,00)
(=) Lucro Bruto	R\$ 11.500,00	R\$ 31.000,00
(-) Despesas	(R\$ 8.500,00)	(R\$ 14.000,00)
(=) LAIR	R\$ 3.000,00	R\$ 17.000,00
(-) Imposto de Renda (35%)	(R\$ 1.050,00)	(R\$ 5.950,00)
(=) Lucro Líquido	R\$ 1.950,00	R\$ 11.050,00

Após a correção do erro por meio de registro contábil e reelaboração das demonstrações contábeis do ano de 2020 e 2021, é correto afirmar que:

- A) O Ativo evidenciará valores totais de R\$ 60.500,00 e R\$ 75.500,00 em 2020 e 2021, respectivamente.
- B) O Passivo evidenciará valores totais de R\$ 55.500,00 e R\$ 80.500,00 em 2020 e 2021, respectivamente.
- C) O Lucro Líquido apurado em 2020 e 2021 corresponderá a R\$ 3.250,00 e R\$ 14.300,00, respectivamente.
- D) A conta de Lucros Acumulados evidenciará saldos de R\$ 5.200,00 e R\$ 16.250,00 em 2020 e 2021, respectivamente.
- E) A conta de Imposto de Renda a Pagar evidenciará saldos de R\$ 2.800,00 e R\$ 5.950,00 em 2020 e 2021, respectivamente.

**Questão 59**

Uma empresa apresentou ao final do exercício de 2021 os seguintes saldos patrimoniais:

**Balanco Patrimonial**

ATIVO	R\$	PASSIVO	RS
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponível	R\$ 10.000,00	Fornecedores	R\$ 35.000,00
Contas a Receber	R\$ 30.000,00	Contas a Pagar	R\$ 15.000,00
Estoques	R\$ 20.000,00	Patrimônio Líquido	
Ativo Não Circulante		Capital Subscrito	R\$ 250.000,00
Investimentos	R\$ 50.000,00	(-) Capital a Realizar	(R\$ 160.000,00)
Imobilizado (líquido)	R\$ 90.000,00	Lucros Acumulados	R\$ 60.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>

Considerando as informações, os índices de Liquidez Seca e de Liquidez Imediata referentes ao exercício de 2021 correspondem, respectivamente, a:

- A) 0,20 e 1,33.
- B) 0,80 e 0,20.
- C) 1,20 e 0,80.
- D) 1,33 e 0,20.
- E) 4,00 e 1,20.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 60**

Uma empresa apresentou as seguintes informações sobre os seus saldos patrimoniais e os resultados das Análises Horizontal e Vertical referentes ao exercício de 2021 em encerramento e o exercício anterior de 2020 (valores arredondados para duas casas decimais).

<b>ATIVO</b>	<b>2020</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>2021</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>
Ativo Circulante	R\$ 1.000,00	100,00%	28,57%	R\$ 1.500,00	50,00%	33,33%
Ativo Não Circulante	R\$ 2.500,00	100,00%	71,43%	R\$ 3.000,00	20,00%	66,67%
<b>Ativo Total</b>	<b>R\$ 3.500,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 4.500,00</b>	<b>28,57%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2020</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>2021</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>
Passivo Circulante	R\$ 1.200,00	100,00%	34,29%	R\$ 1.600,00	33,33%	35,56%
Passivo Não Circulante	R\$ 300,00	100,00%	8,57%	R\$ 500,00	66,67%	11,11%
Patrimônio Líquido	R\$ 2.000,00	100,00%	57,14%	R\$ 2.400,00	20,00%	53,33%
<b>Passivo Total</b>	<b>R\$ 3.500,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 4.500,00</b>	<b>28,57%</b>	<b>100,00%</b>

Considerando as informações anteriores, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) O Ativo Circulante no exercício de 2021 apresentou aumento de 4,76% na sua representatividade em relação ao Ativo Total comparado ao exercício de 2020.
- ( ) O Ativo Não Circulante no exercício de 2021 passou a representar 71,43% do Ativo Total, mas houve queda de 4,76% em sua representatividade se comparado ao exercício de 2020.
- ( ) O Ativo Total e o Patrimônio Líquido apresentaram, no exercício de 2021, aumento de 28,57% e 20,00% em relação ao ano de 2020.
- ( ) O Passivo Não Circulante no exercício de 2021 apresentou aumento de 66,67% em relação ao ano de 2020 e sua representatividade em relação ao Passivo Total foi de 11,11%.
- ( ) O Patrimônio Líquido no exercício de 2021 apresentou aumento de 53,33% na sua representatividade em relação ao Passivo Total comparado ao exercício de 2020.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V, F.
- B) F, V, F, F, V.
- C) V, F, V, F, V.
- D) V, F, V, V, F.
- E) V, V, F, F, V.

**Questão 61**

Os valores apresentados a seguir foram extraídos do Balancete de Verificação de uma empresa em 31/12/2021:

Dinheiro em espécie	R\$ 50.000,00
Conta bancária de livre movimentação	R\$ 240.000,00
Conta bancária para depósitos judiciais de processo em tramitação	R\$ 20.000,00
Transferência de cliente ainda não creditada	R\$ 10.000,00
Aplicação financeira de liquidez imediata	R\$ 430.000,00

Considerando o conceito do subgrupo do Ativo de “Disponibilidades”, é correto afirmar que em 31/12/2021 deve ser divulgado em nota explicativa acompanhada de comentário da administração e usualmente classificado em conta do Ativo Circulante ou Realizável a Longo Prazo fora do grupo de Disponibilidades o valor de:

- A) R\$ 50.000,00 correspondente a dinheiro em espécie, pois condiz com recursos sobre os quais deverá haver prestação de contas.
- B) R\$ 10.000,00 correspondente à transferência ainda não creditada, pois condiz com Numerário em Trânsito que ainda não pertence à empresa.
- C) R\$ 430.000,00 correspondente à aplicação financeira de liquidez imediata que representa aplicações de curto prazo e não condiz com equivalentes de caixa.
- D) R\$ 20.000,00 correspondente à conta bancária para depósitos judiciais de processo em tramitação, pois representa depósitos vinculados e não está disponível para utilização.
- E) R\$ 240.000,00 correspondente à conta bancária de livre movimentação, que representa Bancos conta Movimento e não pode ser considerado como Caixa ou Equivalente de Caixa.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 62**

Uma indústria utiliza o custeio por absorção para ratear seus Custos Indiretos de Fabricação (CIF). Em dezembro de 2021, apresentou as seguintes informações:

<b>CUSTOS DIRETOS (MATÉRIA-PRIMA + MÃO DE OBRA DIRETA)</b>	
Produto A	R\$ 26.724,00
Produto B	R\$ 25.676,00
<b>OUTROS GASTOS</b>	
Comissão de vendedores	R\$ 5.000,00
Consumo de materiais no setor administrativo	R\$ 2.000,00
Consumo de materiais indiretos na fábrica	R\$ 11.000,00
Depreciação de Imobilizados no setor administrativo	R\$ 6.000,00
Depreciação de Imobilizado na fábrica	R\$ 10.000,00
Manutenção da fábrica	R\$ 9.000,00
Salários do pessoal do setor administrativo	R\$ 8.000,00
<b>QUANTIDADE PRODUZIDA E VENDIDA</b>	
Produto A	4.000 unidades
Produto B	6.000 unidades
<b>PREÇO DE VENDA UNITÁRIO (LÍQUIDO)</b>	
Produto A	R\$ 14,50
Produto B	R\$ 9,00

Sabendo-se que a indústria utiliza os Custos Diretos Totais como base de rateio dos CIF, analise as afirmativas a seguir (valores arredondados para duas casas decimais).

- I. O Custo Unitário dos Produtos A e B corresponde, respectivamente, a R\$ 10,51 e R\$ 6,73.
- II. O Produto A apresenta um Resultado Bruto mais vantajoso do que o Produto B.
- III. O Resultado Bruto Unitário dos Produtos A e B corresponde, respectivamente, a R\$ 7,82 e R\$ 4,72.
- IV. O Resultado antes do Imposto de Renda no período corresponde a R\$ 8.600,00.
- V. A Margem Bruta de Lucro dos Produtos A e B corresponde, respectivamente, a 54% e 53%.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) III e V, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, IV e V, apenas.
- E) II, III e V, apenas.

**Questão 63**

Uma indústria apresentou as seguintes informações sobre suas operações projetadas para o exercício de 2022:

Capacidade de Produção	80.000 unidades/ano
Capacidade utilizada	50.000 unidades/ano
Custos Fixos de produção	R\$ 35.000,00/anos
Custos Variáveis de produção	R\$ 11,00/unidade
Despesas Fixas de produção	R\$ 21.000,00/ano
Despesas Variáveis de produção	R\$ 5,00/unidade
Preço de Venda (líquido)	R\$ 20,00/unidade

**Outras informações:**

- Os custos e as despesas fixas não sofrem alterações até o limite de unidades previstas pela capacidade de produção;
- Todas as unidades previstas para serem produzidas serão absorvidas pelo mercado; e,
- O preço de venda unitário é apresentado líquido de tributos incidentes sobre as vendas e outras deduções.

Em outubro de 2022, a indústria recebeu a proposta para uma encomenda de 20.000 unidades pelas quais o comprador está disposto a pagar R\$ 18,00/unidade, líquido de impostos e outras deduções e, para atender à demanda, a indústria terá que elevar sua capacidade utilizada para 70.000 unidades/ano. Considerando o conceito de Margem de Contribuição, é correto afirmar que a indústria:

- A) Deve aceitar a encomenda, pois irá ampliar a sua capacidade de produção e conseguirá gerar um aumento de R\$ 360.000,00 em seu resultado bruto.
- B) Deve aceitar a encomenda, pois o seu lucro bruto irá aumentar em R\$ 140.000,00 e o resultado antes do imposto de renda será acrescido do mesmo valor.
- C) Não deve aceitar a encomenda, pois haverá o aumento de R\$ 220.000,00 em seus Custos Fixos, o que implicará na redução de seu resultado antes do imposto de renda.
- D) Deve aceitar a encomenda, pois obterá uma Margem de Contribuição adicional de R\$ 40.000,00 e haverá o aumento de seu resultado antes do imposto de renda neste valor.
- E) Não deve aceitar a encomenda, pois as suas despesas fixas serão reduzidas em R\$ 100.000,00 e as variáveis não terão alteração, o que irá refletir na redução do resultado bruto.

**Questão 64**

No encerramento do exercício de 2021, uma empresa apresentou as seguintes informações sobre determinado Ativo Imobilizado:

Imobilizado	Valor de Compra	Depreciação Acumulada em 31/12/2021
Equipamento	R\$ 150.000,00	R\$ 30.000,00

Durante o exercício de 2021, houve fatores internos e externos que indicaram a diminuição maior do que era esperado como resultado do uso ou do tempo no valor de mercado do ativo. Além disso, o seu desempenho econômico foi pior do que o esperado. A empresa realizou teste de recuperabilidade que apresentou as seguintes conclusões:

- I. Valor líquido de venda: o valor de venda foi estimado em R\$ 110.000,00, devendo a empresa incorrer em gastos de R\$ 10.500,00 para vender a máquina.
- II. Valor em uso: o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados foi de R\$ 108.000,00.

Com base nas informações apresentadas, o valor das Perdas por Valor Recuperável a ser reconhecido em 31/12/2021 é de:

- A) R\$ 12.000,00
- B) R\$ 20.500,00
- C) R\$ 30.000,00
- D) R\$ 42.000,00
- E) R\$ 50.500,00

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 65**

Considere as seguintes informações sobre um dos produtos fabricados por determinada indústria:

Preço de Venda	R\$ 50,00 / unidade
Custos Variáveis	R\$ 25,00 / unidade
Despesas Variáveis	R\$ 5,00 / unidade
Custos Fixos	R\$ 45.000,00 / mês
Despesas Fixas	R\$ 15.000,00 / mês

De acordo com as informações fornecidas, qual deverá ser o valor total das Receitas no mês para que a indústria não tenha prejuízo?

- A) R\$ 60.000,00
- B) R\$ 90.000,00
- C) R\$ 100.000,00
- D) R\$ 135.000,00
- E) R\$ 150.000,00

**Questão 66**

Em contabilidade pública, a compreensão da lógica dos registros patrimoniais é essencial para o entendimento da formação, da composição e da evolução do patrimônio. É importante estar ciente de que variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Nesse sentido, considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), EXCETO:

- A) No recebimento efetivo de doações e subvenções.
- B) Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- C) Quando deixar de existir o correspondente valor ativo por transferência de sua propriedade para terceiro.
- D) Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- E) Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados.

**Questão 67**

As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo as seguintes informações, EXCETO:

- A) A condição financeira da entidade e suas alterações.
- B) As fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros.
- C) As formas utilizadas pela entidade para financiar suas atividades e suprir suas necessidades de caixa.
- D) Dados agregados e úteis para a avaliação do desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimento dos seus objetivos.
- E) A capacidade do órgão público gerar lucros e tomar decisões quanto a aplicar os recursos orçamentários no mercado financeiro e obter rendimentos ou aplicá-los no fornecimento de bens e serviços públicos.

**Questão 68**

Sobre o Sistema de Contabilidade Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à Secretaria do Tesouro Nacional estabelecer normas e procedimentos contábeis para a consolidação das contas públicas em âmbito federal exclusivamente.
- II. Compete, privativamente, ao órgão central de Contabilidade de cada Estado, elaborar, sistematizar e estabelecer normas e procedimentos contábeis a serem adotados em âmbito estadual e respectivos municípios.
- III. A Procuradoria-Geral Estadual é responsável por coordenar a disponibilização de informações contábeis dos Estados e de seus respectivos municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições.
- IV. A Procuradoria-Geral de cada Estado expedirá normativos complementares que se fizerem necessários à implantação e ao funcionamento do Sistema de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em seus respectivos Estados.
- V. Dar suporte técnico aos entes federativos, quanto ao cumprimento dos padrões estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é atribuição das setoriais contábeis das Procuradorias-Gerais Estaduais.

Está correto o que se afirma em

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Todas as afirmativas estão incorretas.
- C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- E) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.

**Questão 69**

O atendimento ao enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As obrigações, cujo fato gerador não tenha ocorrido, não são, regra geral, reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.
- B) Os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro não devem ser reconhecidos no passivo, apesar de se caracterizarem como obrigações para com terceiros.
- C) Uma obrigação deve estar relacionada a um terceiro para poder gerar um passivo. Entretanto, não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista.
- D) A existência de prazo de extinção pode fornecer uma indicação de que a obrigação envolve a saída de recursos e origina um passivo. Entretanto, existem muitos contratos ou acordos que não preveem prazos para extinção da obrigação. A ausência de tais prazos não impede que a obrigação origine um passivo.
- E) Uma obrigação não legalmente vinculada que gera passivo tem como característica o fato de a entidade indicar a terceiros, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, políticas publicadas ou de declaração específica, que aceitará certas responsabilidades. Como resultado de tal indicação, a entidade cria uma expectativa válida para terceiros de que cumprirá com essas responsabilidades.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 70**

Em contabilidade pública, do ponto de vista patrimonial, havendo renúncia de receitas após o registro do ativo pelo regime de competência, deve haver a baixa patrimonial pelos valores renunciados. Suponha que um determinado município, ao diminuir a alíquota do IPTU, causou redução de 20% na sua receita e arrecadou, efetivamente, apenas R\$ 800,00. Considerando unicamente as informações disponibilizadas, o registro contábil, no município, está INCORRETO em:

No momento do reconhecimento do fato gerador:

- A) Natureza da informação: patrimonial  
D 1.1.2.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda.....R\$ 1.000,00  
C 4.1.1.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P).....R\$ 1.000,00

No momento da arrecadação:

- Natureza da informação: orçamentária  
B) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar .....R\$ 800,00  
D 6.2.1.3.x.xx.xx \* Dedução da Receita Realizada (IPTU) .....R\$ 200,00  
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada .....R\$ 1.000,00  
Obs: \*Dedução de renúncia de IPTU – Retificadora da Receita Realizada.

No momento da arrecadação:

- C) Natureza da informação: controle  
D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos..... R\$ 1.000,00  
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)..... R\$ 1.000,00

No momento da arrecadação:

- D) Natureza da informação: controle  
D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)..... R\$ 200,00  
C 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos..... R\$ 200,00

No momento da arrecadação:

- E) Natureza da informação: patrimonial  
D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)..... R\$ 800,00  
C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) ..... R\$ 800,00

**Questão 71**

Em contabilidade pública, as bases de mensuração podem fornecer valores de entrada e valores de saída. Para o ativo, os valores de entrada refletem o custo da compra. Para o passivo, os valores de entrada se relacionam à transação por meio da qual a obrigação é contraída ou ao montante que a entidade aceitaria para assumir um passivo. Sobre mensuração de ativos e de passivos, na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A entidade do setor público deve aplicar métodos de mensuração ou avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e das perdas patrimoniais.  
B) Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.  
C) O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.  
D) Os atos administrativos das entidades do setor público que provocam efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade não podem ser mensurados ou avaliados monetariamente e, portanto, não devem ser registrados pela contabilidade.  
E) Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se relacionam, portanto, reconhecidos pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

**Questão 72**

Sobre a responsabilidade pelas demonstrações contábeis, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os demonstrativos contábeis deverão ser elaborados por contabilista.  
B) Para viabilizar a elaboração dos demonstrativos consolidados, a legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade de envio das contas dos estados e municípios à União.  
C) Compete ao Poder Executivo da União promover a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, bem como a sua divulgação.  
D) Compete ao Ministério Público Federal e às Procuradorias-Gerais dos Estados definirem a responsabilidade pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis das entidades do setor público.  
E) Quanto às demonstrações dos entes públicos, a legislação local disporá sobre os prazos de publicação, observada a obrigatoriedade constitucional de envio das contas aos respectivos Tribunais de Contas para emissão de parecer prévio.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 73**

Para melhor evidenciar os fatos contábeis envolvidos, a receita de transferência do Fundo de Participação dos Municípios – FPM deve ser contabilizada pelo valor bruto e o redutor financeiro registrado como dedução da referida receita. Considere os dados hipotéticos disponibilizados a seguir:

Distribuição de Arrecadação Federal: FPM			
Município: Alfa			
DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUÍDO	
10.01.20XX	Parcela de IPI	R\$ 6.000,00	C
	Parcela de IR	R\$ 130.000,00	C
	Redutor LC 91/97	R\$ 30.000,00	D
	TOTAL:	R\$ 106.000,00	C

No município Alfa (recebedor dos recursos transferidos) foram feitos os seguintes registros contábeis:

- Natureza da informação: patrimonial
- I. D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F).....R\$ 106.000,00  
C 4.5.2.x.x.xx.xx Transferências Intergovernamentais .....R\$ 106.000,00
- Natureza da informação: orçamentária
- II. D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar .....R\$ 106.000,00  
D 6.2.1.3.x.xx.xx \*Dedução da Receita Realizada (FPM) .....R\$ 30.000,00  
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada R\$ 136.000,00  
Obs.: \*Dedução de FPM – Retificadora da Receita Orçamentária Realizada
- Natureza da informação: orçamentária
- III. D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos .....R\$ 106.000,00  
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos..... R\$ 106.000,00

Considerando unicamente as informações disponibilizadas, assinale a afirmativa correta.

- A) Todos os registros contábeis estão equivocados.  
B) Os registros contábeis foram corretamente efetuados.  
C) Apenas o registro contábil do item I está correto, os demais são indevidos.  
D) Os registros contábeis dos itens I e II estão corretos. O registro contábil do item III é indevido e redundante.  
E) O registro contábil do item II está incorreto e redundante. Apenas os registros dos itens I e III deveriam ter sido efetuados.

**Questão 74**

Conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é INCORRETO afirmar que:

- A) Cada unidade que realize a gestão de recursos públicos deverá ser responsável pelo acompanhamento, análise e consistência dos registros e saldos das contas contábeis, bem como os reflexos causados nos respectivos demonstrativos.  
B) Regime de Caixa é o regime contábil segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando da ocorrência do fato gerador. Portanto, as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem.  
C) A natureza de informação patrimonial contempla os registros financeiros e patrimoniais. Atenção especial deve ser dada aos fatos financeiros que tenham como contrapartida uma conta que possua o atributo Permanente (P), ou seja, que dependam de autorização legislativa para a sua realização ou liquidação.  
D) No que tange à arrecadação de dívida ativa de créditos tributários, os valores a receber devem ser registrados em uma conta de ativo com atributo Permanente (P). Qualquer recebimento de recursos financeiros relativo a esses créditos só deve ser reconhecido com o concomitante registro orçamentário, ou seja, com o reconhecimento da receita orçamentária.  
E) Quanto ao fato gerador de obrigação patrimonial, se o fato gerador do passivo ocorrer antes ou no momento do empenho da despesa orçamentária, a transferência de saldo da conta Crédito Disponível para a conta Crédito Empenhado a Liquidar e da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação deverá ocorrer simultaneamente no momento do empenho.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 75**

Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) No Brasil, a contabilidade aplicada ao setor público encontra-se focada, unicamente, no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira.
- ( ) A necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos orçamentários, financeiros e patrimoniais dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas específico para cada região do país e para cada ente federativo, cuja metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades permitissem a obtenção de dados que atendessem aos diversos usuários da informação contábil.
- ( ) Plano de contas é a estrutura complexa da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada. Contudo, não possibilita a elaboração de relatórios gerenciais.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) V, V, F.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.
- E) F, F, V.

**Questão 76**

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2), a divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade. São fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento, EXCETO:

- A) Amortização de empréstimos e financiamentos.
- B) Caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais.
- C) Pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade.
- D) Pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento.
- E) Adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos realizados por instituição financeira).

**Questão 77**

A empresa XYZ adquiriu um equipamento por R\$ 180.000,00 no dia 02/01/2018. A vida útil do equipamento é de vinte anos, mas a pretensão da empresa é utilizá-lo por quinze anos, considerando um valor residual de 15%. A metodologia para determinação da depreciação empregada pela empresa é a de quotas constantes. Determine o valor da depreciação anual e o valor contábil líquido do bem no encerramento do exercício em 31/12/2020, após a contabilização da depreciação do referido ano, respectivamente.

- A) R\$ 10.200,00 e R\$ 142.800,00.
- B) R\$ 10.200,00 e R\$ 149.400,00.
- C) R\$ 10.200,00 e R\$ 169.800,00.
- D) R\$ 30.600,00 e R\$ 142.800,00.
- E) R\$ 30.600,00 e R\$ 149.400,00.

**Questão 78**

A empresa XY apresentou os seguintes resultados no final do período:

- Giro do Ativo = 1,20
- Lucro Líquido = R\$ 500.000,00
- Despesas com Juros = R\$ 40.000,00
- Retorno sobre o Ativo (ROA) = 0,40
- Lucro Bruto = R\$ 870.000,00
- Despesas com Vendas e Administrativas = R\$ 105.000,00

Considerando as informações anteriores, a margem líquida e a margem operacional da empresa são, respectivamente:

- A) 30,5% e 48,3%.
- B) 30,5% e 51,0%.
- C) 33,3% e 48,3%.
- D) 33,3% e 51,0%.
- E) 40,0% e 58,0%.

**Questão 79**

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), em relação às notas explicativas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Devem prover toda e qualquer informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis.
- II. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.
- III. As que proporcionam informação sobre a base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas devem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

**Questão 80**

Considerando que, de acordo com o CPC 28, propriedade para Investimento é a propriedade mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) As propriedades para investimento são classificadas no subgrupo Imobilizado, dentro do Ativo Não Circulante.
- ( ) Se o pagamento de uma propriedade para investimento for a prazo, o seu custo é equivalente aos pagamentos totais acrescidos de juros.
- ( ) A propriedade para investimento gera fluxos de caixa altamente independentes dos outros ativos mantidos pela entidade.
- ( ) A entidade reconhece no valor contábil da propriedade para investimento os custos de serviços diários da propriedade.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, F.
- E) F, V, V, V.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 81**

De acordo com o CPC 16 (R1), valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. Sobre o valor realizável líquido aplicado aos estoques, analise as afirmativas a seguir.

- I. O custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se se tornarem total ou parcialmente obsoletos, ou se os seus preços de venda tiverem diminuído.
- II. As estimativas do valor realizável líquido independem da finalidade para a qual o estoque é mantido.
- III. As estimativas do valor realizável líquido devem ser baseadas nas evidências mais confiáveis disponíveis no momento em que são feitas as estimativas do valor dos estoques que se espera realizar.
- IV. Os materiais e os outros bens de consumo mantidos para uso na produção de estoques ou na prestação de serviços não serão reduzidos abaixo do custo se for previsível que os produtos acabados em que eles devem ser incorporados, ou os serviços em que serão utilizados sejam vendidos pelo custo ou acima do custo.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

**Questão 82**

O CPC 26 (R1) (2011) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (H), discorre em alguns itens sobre a divulgação de informação de política contábil em notas explicativas e, segundo o qual, no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração exerce diversos julgamentos, além dos que envolvem estimativas, que podem afetar, significativamente, os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis. Podemos inferir que a administração exerce julgamento ao definir; analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade de ativos financeiros e, para arrendadores, os ativos sujeitos a arrendamento são transferidos para outras entidades.
- II. Se, em essência, determinadas vendas de bens decorrem de acordos de financiamento e, portanto, não dão origem a receitas de venda.
- III. Se os termos contratuais de ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

**Questão 83**

Conforme o CPC 00 (R2) “as características qualitativas de informações financeiras úteis se aplicam a informações financeiras fornecidas nas demonstrações contábeis, bem como a informações financeiras fornecidas de outras formas”. Sobre as particularidades das características qualitativas de melhoria de informações financeiras úteis, especificamente, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.
- B) Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros.
- C) Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.
- D) Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo, para que sejam capazes de influenciar suas decisões.
- E) A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar.

**Questão 84**

No final do exercício financeiro de 2020, determinada empresa apresentou entre os dados de sua contabilidade as seguintes informações:

- Aplicações financeiras de alta liquidez: R\$ 5.175,00
- Aplicações financeiras de média liquidez: R\$ 11.825,00
- Depósitos bancários disponíveis no Banco Z: R\$ 2.895,00
- Investimentos permanentes em ações: R\$ 3.425,00
- Numerário em espécie: R\$ 965,00

Segundo o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, qual o valor da conta caixa e equivalente de caixa ao final do exercício de 2020?

- A) R\$ 6.140,00
- B) R\$ 8.070,00
- C) R\$ 9.035,00
- D) R\$ 19.895,00
- E) R\$ 23.320,00

**Questão 85**

Assinale, a seguir, a alternativa que descreve, pela informação de natureza orçamentária, o lançamento contábil do empenho da despesa referente à contratação de um serviço pela Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina.

- A) Débito: 6.2.2.1.3.01 Crédito Empenhado a Liquidar.  
Crédito: 6.2.2.1.1 Crédito Disponível.
- B) Débito: 8.2.1.1.1 Disponibilidade por Destinação de Recurso.  
Crédito: 8.2.1.1.2 DDR Comprometida por Empenho.
- C) Débito: 8.2.1.1.2 DDR Comprometida por Empenho.  
Crédito: 8.2.1.1.3 DDR Comprometido por Liquidação.
- D) Débito: 6.2.2.1.3.01 Crédito Empenhado a Liquidar.  
Crédito: 6.2.2.1.3.03 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.
- E) Débito: 6.2.2.1.1 Crédito Disponível.  
Crédito: 6.2.2.1.3.01 Crédito Empenhado a Liquidar.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 86**

Assinale a alternativa que descreve apenas variações patrimoniais aumentativas.

- A) Contribuições; Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos; Transferências e Delegações Concedidas.
- B) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados; Transferências e Delegações Recebidas; Contribuições.
- C) Exploração e Venda de Bens; Serviços e Direitos; Exploração e Venda de Bens; Serviços e Direitos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais.
- D) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Exploração e Venda de Bens; Serviços e Direitos; Exploração e Venda de Bens; Serviços e Direitos.
- E) Uso de Bens; Serviços e Consumo de Capital Fixo; Transferências e Delegações Concedidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

**Questão 87**

Considerando que as demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Desdobramentos: possuem o objetivo de identificar as particularidades de cada receita, caso seja necessário.
- II. Espécie: é o nível de classificação vinculado à origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas.
- III. Tipo: é o dígito da natureza da receita que tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

**Questão 88**

Formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em relação ao PCASP, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Suas contas contábeis são identificadas por códigos com sete níveis de desdobramento, compostos por nove dígitos.
- B) É atualizado de dois em dois anos e publicado exclusivamente na *internet* para uso obrigatório nos dois exercícios seguintes.
- C) Existe também o "PCASP Estendido", de adoção facultativa para os entes que precisem de uma referência para desenvolvimento de suas rotinas e sistemas.
- D) A metodologia utilizada para a sua estruturação foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados.
- E) A sua utilização é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo empresas estatais dependentes.

**Questão 89**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2021), o planejamento e a execução da despesa orçamentária pública transcorrem em estágios. Sobre essas etapas, assinale a afirmativa correta.

- A) O empenho consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.
- B) Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho não poderá ser reforçado.
- C) O estágio denominado "em liquidação" busca o registro contábil no patrimônio, de acordo com a ocorrência do fato gerador, não do empenho.
- D) A execução da despesa refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base nas receitas previstas, a serem efetuados pelas entidades públicas.
- E) A descentralização dos créditos consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

**Questão 90**

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados. Em relação ao conteúdo dessa norma, assinale a afirmativa correta.

- A) O valor residual e a vida útil do ativo devem ser revisados, pelo menos, de cinco em cinco anos.
- B) Gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais) fazem parte do custo de ativo imobilizado.
- C) Os ganhos ou as perdas decorrentes do desreconhecimento de item do ativo imobilizado devem ser reconhecidos no resultado do período quando do desreconhecimento.
- D) O reconhecimento dos custos no valor contábil de item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.
- E) Se o item do ativo imobilizado é composto por componentes que possuem custo significativo em relação ao custo total do item, deve-se fazer a depreciação de todo item conjuntamente.

**Questão 91**

Sobre a contabilidade de custos no setor público, de acordo com Manual de Informações de Custos do Governo Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Custos são gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços.
- B) Perda é o dispêndio de um ativo ou criação de um passivo para obtenção de um produto ou serviço.
- C) Os objetos de custo, aplicados ao setor público, qualificam o que será medido (item) e a forma como será estruturada, acumulada e gerada a informação de custo.
- D) Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado.
- E) De acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

**Questão 92**

Uma empresa apresenta as seguintes informações: Ativo Circulante de R\$ 1.350,00; Ativo Não Circulante de R\$ 5.690,00; Passivo Não Circulante de R\$ 2.600,00; e, Patrimônio Líquido de R\$ 3.890,00. Considerando tais informações, defina o valor do Passivo Circulante.

- A) R\$ 550,00
- B) R\$ 650,00
- C) R\$ 800,00
- D) R\$ 1.290,00
- E) R\$ 1.800,00

**Questão 93**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2021), a consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macros agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).
- II. Na consolidação de diferentes níveis de governo, utiliza-se do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza financeira.
- III. As participações nas empresas estatais dependentes devem ser excluídas para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

**Questão 94**

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Em relação às DCASP, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- ( ) A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.
- ( ) A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente.
- ( ) O Balanço Patrimonial demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, F, V, F.
- E) F, F, V, V.

**Questão 95**

Sobre a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Na definição de passivo, a obrigação presente pode não ocorrer por força de lei (obrigação não legalmente vinculada).
- ( ) Na definição de ativo, a forma física é uma condição necessária para um recurso, o qual é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
- ( ) Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.
- ( ) A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, V, F.
- D) V, F, F, V.
- E) V, V, F, F.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**Questão 96**

Um aparelho de multimídia custa R\$ 880,00 para pagamento à vista. A loja também oferece a possibilidade de pagamento com entrada de R\$ 450,00 no fechamento do negócio e mais uma parcela de R\$ 450,00 a ser paga em um mês após a compra. A taxa de juros mensal cobrada no caso de financiamento será de:

- A) 1,95% a.m.
- B) 2,27% a.m.
- C) 4,65% a.m.
- D) 4,88% a.m.
- E) 5,11% a.m.

**Questão 97**

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A Administração Pública deverá manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- B) Serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenhos na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa estadual.
- C) Lei estadual poderá fixar limites superiores àqueles previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.
- D) Todos os Poderes, e também o Ministério Público, devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.
- E) Na prestação de contas efetuada pelo chefe do Poder Executivo estadual, deverão ser incluídas, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**Questão 98**

Sobre descentralização orçamentária, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Entende-se como descentralização interna, a execução orçamentária mediante a descentralização de créditos entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- ( ) Quando as dotações orçamentárias forem descentralizadas, elas deverão ser empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitando-se a classificação funcional programática.
- ( ) As empresas públicas não integrantes dos orçamentos fiscal, mesmo que executarem atividades de agente financeiro governamental, não podem receber créditos orçamentários em descentralização para viabilizar a consecução de objetivos previstos na Lei Orçamentária.
- ( ) Quando a execução dos programas de trabalho for confiada a entidade ou órgão gestor de créditos integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social da União, deverá ser adotado o critério de descentralização.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, F, V.
- B) V, V, V, V.
- C) F, V, F, F.
- D) F, F, V, V.
- E) V, F, V, F.

**Questão 99**

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei de iniciativa do Poder Executivo Federal estabelecerá, de forma consolidada, os orçamentos anuais dos entes federativos.
- B) O Projeto de Lei Orçamentária Estadual deve ser previamente aprovado pela Procuradoria-Geral do Estado antes de ser submetido à apreciação pelas duas casas do Poder Legislativo.
- C) Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, quando incompatíveis com o Plano Plurianual, somente podem ser aprovadas com o parecer favorável da Procuradoria-Geral.
- D) Os recursos financeiros que, em virtude de rejeição de Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem destinação, devem ser utilizados para suplementação dos créditos orçamentários destinados à saúde.
- E) Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária da União, que impliquem em aumento de despesas, só devem ser aprovadas se indicarem as fontes de recursos necessários. Contudo, esses recursos não podem ser provenientes de anulações de despesas referentes a transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

**Questão 100**

Sobre orçamentação e execução orçamentária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Inscricões de despesas em restos a pagar poderão extrapolar em até 25% o limite da arrecadação efetiva nas respectivas fontes.
- B) As dotações e eventuais saldos financeiros destinados às despesas com o serviço da dívida somente poderão constituir fonte para a abertura de créditos adicionais no mesmo grupamento.
- C) A programação financeira correspondente às dotações descentralizadas, quando decorrentes de termo de convênio ou similar, será da responsabilidade do órgão descentralizador do crédito.
- D) É vedado comprometer as dotações orçamentárias destinadas a Pessoal e Encargos Sociais, consignadas na Lei Orçamentária Anual, com despesas emergentes de situações não previstas nessa normativa.
- E) A reserva de contingência somente será utilizada após esgotadas todas as possibilidades de cancelamento das dotações das demais despesas correntes e de capital, destinando-se, prioritariamente, ao atendimento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em **QUALQUER MEIO**.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.





**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

## INSTRUÇÕES

**É facultativo o uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso candidatos.**

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *smartphone*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 80 (oitenta) questões para os Cargos Nível técnico e 100 (cem) questões para os cargos de Nível Superior. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
5. As provas terão duração de 5 (cinco) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o cartão de Respostas (Gabarito).
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito), devidamente assinados em local específico.
7. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
8. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
9. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 2 (duas) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
10. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os cadernos de provas e os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo serão divulgados exclusivamente nos endereços eletrônicos [www.pge.sc.gov.br](http://www.pge.sc.gov.br) e [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), às 10h00min do dia 12 de dezembro de 2022.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas terá o período de 10h00min do dia 12 de dezembro de 2022 até as 23h59min do dia 13 de dezembro de 2022.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.